



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**CÂMARA SUPERIOR DE RECURSOS FISCAIS**

**Processo nº** 10768.720142/2006-72  
**Recurso nº** Embargos  
**Acórdão nº** 9202-005.780 – 2ª Turma  
**Sessão de** 31 de agosto de 2017  
**Matéria** PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL  
**Embargante** JOSÉ DE BARROS LIMA  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Exercício: 2005

EMBARGOS. OMISSÃO ITR. EFEITOS INFRINGENTES. VALOR DA TERRA NUA.

É incabível o arbitramento com base na tabela SIPT quando o laudo técnico elaborado por profissional habilitado atender aos requisitos essenciais das normas da ABNT.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer e acolher os Embargos de Declaração para, re-ratificando o Acórdão nº 9202-005.188, de 26/01/2017, com efeitos infringentes, alterar a decisão recorrida para: "Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial da Fazenda Nacional e, no mérito, em negar-lhe provimento."

(assinado digitalmente)

Luiz Eduardo de Oliveira Santos - Presidente em exercício

(assinado digitalmente)

Patrícia da Silva - Relatora

Participaram do presente julgamento os Conselheiros Maria Helena Cotta Cardozo, Patrícia da Silva, Elaine Cristina Monteiro e Silva Vieira, Ana Paula Fernandes, Heitor de Souza Lima Junior, João Victor Ribeiro Aldinucci (suplente convocado), Rita Eliza Reis da Costa Bacchieri, Luiz Eduardo de Oliveira Santos (Presidente em exercício).

## Relatório

Trata-se de embargos contra omissão constante do Acórdão 9201-005.188, julgado em 26 de janeiro de 2017, com a seguinte ementa:

*ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL ITR*

*Exercício: 2005*

*VALOR DA TERRA NUA. SIPT*

*Não sendo inequivocamente demonstrado de modo diverso, é correto o procedimento fiscal que arbitre o Valor da Terra Nua com base no Sistema de Preços de Terras desenvolvido pela Receita Federal do Brasil para este fim.*

*Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.*

*Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em conhecer do Recurso Especial da Fazenda Nacional e, no mérito, em dar-lhe provimento.*

Os embargos do contribuinte (fls. 416 e ss) opostos em face do acórdão de recurso especial 9202-005.188 proferido pela 2<sup>a</sup> Turma da Câmara Superior de Recursos Fiscais em 26 de janeiro de 2017 (fls. 407 e ss). O contribuinte foi intimado da referida decisão em 19/04/2017 (fls. 416 e 420). Dessa forma, o prazo de 05 dias para interposição dos embargos teve como termo final o dia 24/04/2017. Considerando-se que os embargos foram protocolados no dia 19/04/2017 (fls. 416 e 420), verifica-se que são tempestivos.

*In casu*, trata-se de acórdão de Recurso Especial da Fazenda Nacional que trouxe a este colegiado a pretensão de reforma do acórdão *a quo* para restabelecer o valor do VTN atribuído pela fiscalização, sob o argumento de que o **laudo técnico** trazido pelo contribuinte para a revisão do VTN é **inapto**.

Analizando os autos e constato o erro, os embargos foram recebidos pelo Presidente deste Conselho nos termos do artigo 66 do Anexo II do RICARF.

É o relatório.

## Voto

Conselheira Patrícia da Silva - Relatora

Importa frisar que Como constante no voto do acórdão de recurso especial, considerado omissa a questão relativa a impossibilidade de o laudo técnico, transcrevo a primeira parte da justificativa:

...

*Passando a me manifestar acerca da temática de pronto vale ressaltar que o SIPT, Sistema de Preços de Terras, é um*

---

*instrumento essencial na atuação do Fisco no que concerne a fiscalização do ITR. O Sistema possui base legais a justificar sua existência, qual seja o art. 14 da Lei nº 9.393/96.*

*Contudo deve ser destacado o fato de que a legalidade de tal sistema não significa uma legitimidade incondicional do SIPT. O próprio regramento do Sistema de Preços de Terra prevê que as informações que comporão o sistema considerarão levantamentos realizados pelas Secretárias de Agricultura das Unidades Federadas ou dos Municípios. O intuito de tal direcionamento legal é evidenciar o princípio da verdade material, o qual no ramo do Direito Tributário é de suma importância.*

*Não obstante meu posicionamento neste Colegiado ser patente quanto ao fato de que a legalidade de tal sistema não significa uma legitimidade incondicional do SIPT.*

*O próprio regramento do Sistema de Preços de Terra prevê que as informações que comporão o sistema considerarão levantamentos realizados pelas Secretárias de Agricultura das Unidades Federadas ou dos Municípios. O intuito de tal direcionamento legal é evidenciar o princípio da verdade material, o qual no ramo do Direito Tributário é de suma importância, no caso, não é possível, com os elementos constantes do auto elidir sua aplicação.*

**E aqui, supro a omissão, no presente processo, inclusive esclarecendo que em minhas decisões nessa Câmara Superior, sempre foram no sentido de aceitar os laudos, motivo pelo qual acresço, com base no acórdão a quo, justifico:**

*Para que os valores constantes do SIPT tenham a seu favor a presunção de correição, nos termos do art. 14, §1º, da Lei nº 9.393/1996, os dados do SIPT devem ser levantados pelas Secretarias de Agricultura das Unidades Federadas:*

*Art. 14. No caso de falta de entrega do DIAC ou do DIAT, bem como de subavaliação ou prestação de informações inexatas, incorretas ou fraudulentas, a Secretaria da Receita Federal procederá A determinação e ao lançamento de ofício do imposto, considerando informações sobre preços de terras, constantes de sistema a ser por ela instituído, e os dados de área total, área tributável e grau de utilização do imóvel, apurados em procedimentos de fiscalização.*

*§ 1º As informações sobre preços de terra observarão os critérios estabelecidos no art. 12, § 1º, inciso II da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e considerarão levantamentos realizados pelas Secretarias de Agricultura das Unidades Federadas ou dos Municípios.*

*Ora, consoante se verifica dos autos, não se demonstra, para a utilização dos dados constantes no Sistema de Preços de Terras - SIPT, a consideração de levantamentos realizados pela Secretaria de Agricultura local, não se desincumbindo o Fisco do ônus que lhe compete de comprovar, para a aferição do valor*

---

*do crédito apontado, o critério adotado à luz da legislação de regência.*

*Sendo assim, no caso concreto não pode prevalecer o arbitramento com base nos dados do SIPT e, por se tratar de lançamento por homologação e não havendo prova em contrário da Administração, deve prevalecer o valor apontado pelo Contribuinte, nos termos do Laudo de Avaliação de fl. 137/156, devidamente subscrito pelo Engenheiro Agrônomo Agnaldo Evangelista Rodrigues e acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (fl. 177).*

Diante do exposto, suprindo as omissões do Acórdão nº **9202-005.171**, tendo em vista o laudo técnico constante da fl. 177 do processo, ou seja, com efeitos infringentes, em negar provimento ao Recurso da Fazenda Nacional

É como voto.

(assinado digitalmente)

Patrícia da Silva